

Lista de atos normativos e estágios de regulamentação da Lei nº14.133, de 1º de abril de 2021

Atualizada em 27/04/2022

Ato		Estágios de regulamentação					Observações
		Em elaboração	Em Consulta Pública	Pós Consulta Pública	Enviado à PGFN	Publicado	
1.	Decreto Comitê Gestor da Rede Nacional de compras	x			x	x	<b>DECRETO Nº 10.764, DE 09 DE AGOSTO DE 2021</b> Dispõe sobre o Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, de que trata o § 1º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
2.	Decreto de bens de consumo comum e de luxo	x	x	x	x	x	<b>DECRETO Nº 10.818, DE 27 DE SETEMBRO DE 2021</b> Regulamenta o disposto no art. 20 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer o enquadramento dos bens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da administração pública federal nas categorias de qualidade comum e de luxo.
3.	Portaria sobre Governança das contratações públicas	x	x	x	x	x	<b>PORTARIA SEGES/ME Nº 8.678, DE 19 DE JULHO DE 2021</b> Dispõe sobre a governança das contratações públicas no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
4.	Portaria de designação dos membros do Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas	x			x	x	<b>PORTARIA DE PESSOAL Nº 9.728, DE 24 DE AGOSTO DE 2021</b> Designa os membros titulares do Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas. <b>PORTARIA ME Nº 15.496, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021</b> Designar os membros titulares e suplentes para a composição do Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas.
5.	Instrução Normativa de Pesquisa de Preços	x	x	x	x	x	<b>INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021</b> Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Ato		Estágios de regulamentação					Observações
		Em elaboração	Em Consulta Pública	Pós Consulta Pública	Enviado à PGFN	Publicado	
6.	Instrução Normativa sobre a Dispensa Eletrônica	x	x	x	x	x	<b>INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 67, DE 8 DE JULHO DE 2021</b> Dispõe sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica, de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e institui o Sistema de Dispensa Eletrônica, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
7.	Instrução Normativa de definição do valor estimado para a contratação de obras e serviços de engenharia nos processos de contratação direta	x			x	x	<b>INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 72, DE 12 DE AGOSTO DE 2021</b> Estabelece regras para a definição do valor estimado para a contratação de obras e serviços de engenharia nos processos de contratação direta, de que dispõe o § 2º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
8.	Instrução Normativa de designação e atuação dos fiscais e gestores de contratos nos processos de contratação direta	x			x	x	<b>INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES /ME Nº 75, DE 13 DE AGOSTO DE 2021</b> Estabelece regras para a designação e atuação dos fiscais e gestores de contratos nos processos de contratação direta, de que dispõe a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
9.	Alteração da Instrução Normativa nº 53, de 8 de julho de 2020	x			x	x	<b>INSTRUÇÃO NORMATIVA AUTOR/ME Nº 62, DE 28 DE JUNHO DE 2021</b> Altera a Instrução Normativa nº 53, de 8 de julho de 2020, que dispõe sobre as regras e os procedimentos para operação de crédito garantida por cessão fiduciária dos direitos de créditos decorrentes de contratos administrativos, realizadas entre o fornecedor e instituição financeira, por meio do Portal de Crédito digital, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
10.	Decreto de adequação do CIPI	x	x	x	x	x	<b>DECRETO Nº 10.899, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021</b> Altera o Decreto nº 10.496, de 28 de setembro de 2020, que institui o Cadastro Integrado de Projetos de Investimento.

Ato		Estágios de regulamentação					Observações
		Em elaboração	Em Consulta Pública	Pós Consulta Pública	Enviado à PGFN	Publicado	
11.	Instrução Normativa sobre a participação de pessoa física nas contratações públicas	x	x	x	x	x	<b>INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 116, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2021</b> Estabelece procedimentos para a participação de pessoa física nas contratações públicas de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
12.	Decreto de atualização anual dos valores da Lei nº 14.133, de 2021	x			x	x	<b>DECRETO Nº 10.922, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2021</b> Dispõe sobre a atualização dos valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - de Licitações e Contratos Administrativos.
13.	Decreto do plano de contratações anual e PGC	x	x	x	x	x	<b>DECRETO Nº 10.947, DE 25 DE JANEIRO DE 2022</b> Regulamenta o inciso VII do caput do art. 12 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o plano de contratações anual e instituir o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
14.	Portaria que institui o catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras	x	x	x	x	x	<b>PORTARIA SEGES/ME Nº 938, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022</b> Institui o catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, em atendimento ao disposto no inciso II do art. 19 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
15.	Instrução Normativa sobre multa administrativa	x	x	x	x	x	<b>INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 26, DE 13 DE ABRIL DE 2022</b> Dispõe sobre a dispensa, o parcelamento, a compensação e a suspensão de cobrança de débito resultante de multa administrativa e/ou indenizações, previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, não inscritas em dívida ativa.

Ato		Estágios de regulamentação					Observações
		Em elaboração	Em Consulta Pública	Pós Consulta Pública	Enviado à PGFN	Publicado	
16.	Decreto de agente de contratação, equipe de apoio, comissão de contratação, gestores e fiscais de contratos	x	x	x	x		<b>Em andamento</b> – enviado para manifestação da PGFN-ME. <b>Processo SEI 19973.100881/2022-11</b>
17.	Instrução Normativa de Ordem Cronológica de Pagamentos	x	x	x			<b>Em andamento</b> – elaboração de NT e minuta de Instrução Normativa. <b>Processo SEI 19973.103512/2021-91</b>
18.	Instrução Normativa sobre os Estudos Técnicos Preliminares	x	x	x			<b>Em andamento</b> – elaboração de NT e minuta de Instrução Normativa. <b>Processo SEI 19973.105186/2021-56</b>
19.	Instrução Normativa sobre o Leilão Eletrônico	x	x	x			<b>Em andamento</b> – consulta pública já consolidada pela equipe técnica.
20.	Instrução Normativa sobre critério de julgamento por menor preço ou maior desconto	x	x	x			<b>Em andamento</b> – elaboração de NT e minuta de Instrução Normativa. <b>Processo SEI 19973.108968/2021-47</b>
21.	Instrução Normativa sobre o critério de maior retorno econômico	x	x	x			<b>Em andamento</b> - consulta pública já consolidada pela equipe técnica.
22.	Decreto de cota para mulheres vítimas de violência doméstica	x	x	x			<b>Em andamento</b> – consulta pública já consolidada pela equipe técnica.
23.	Decreto pronto pagamento	x					<b>Em ajustes finais, pós-contribuições da CGU</b>
24.	Contratações de repartições públicas no exterior						<b>Competência MRE</b> <b>Regulamentação via Decreto</b> - § 2º do art. 1º da Lei nº 14.133, de 2021.
25.	Contratações relativas à gestão de reservas internacionais						<b>Competência BCB</b> <b>Regulamentação via ato do Banco Central do Brasil</b> - § 5º do art. 1º da Lei nº 14.133, de 2021.

Ato	Estágios de regulamentação					Observações
	Em elaboração	Em Consulta Pública	Pós Consulta Pública	Enviado à PGFN	Publicado	
26.	Centralização de contratações					<b>Regulamentação via Decreto</b> – inciso I do art. 19 da Lei nº 14.133, de 2021.
27.	Decreto BIM					<b>Competência MINFRA?</b> <b>Regulamentação via Decreto</b> – § 3º do art. 19 da Lei nº 14.133, de 2021.
28.	Pesquisa de preços (obras e serviços de engenharia)					<b>Regulamentação via Decreto</b> – §2º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
29.	Pesquisa de preços (acesso a notas fiscais eletrônicas)					<b>Regulamentação via Decreto</b> – inciso V do § 1º e inciso IV do § 2º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
30.	Programa de integridade					<b>Competência TCU e CGU (Art. 25, § 4º; Art. 60, III)</b> <b>Regulamentação via Decreto</b> (obrigatoriedade de implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor nas contratações de grande vulto – § 4º do art. 25 da Lei nº 14.133, de 2021 <b>Regulamentação via ato dos órgãos de controle</b> (desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade em caso de empate) – inciso IV do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.
31.	Cota para oriundos e egressos do sistema prisional					<b>Regulamentação via Decreto</b> – inciso II do § 9º do art. 25 da Lei nº 14.133, de 2021.
32.	Margens de preferência					<b>Regulamentação via Decreto</b> (bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis) – inciso II do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021. <b>Regulamentação via Decreto</b> (manufaturados nacionais e serviços nacionais resultantes de desenvolvimento e inovação tecnológica no País) – § 2º do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.
33.	Diálogo competitivo					<b>Regulamentação via Portaria ou Instrução Normativa</b> – não há indicação de edição de ato regulamentador do art. 32 da Lei nº 14.133, de 2021.
34.	Licitações por técnica e preço ou melhor técnica / conteúdo artístico					<b>Regulamentação via Portaria ou Instrução Normativa</b> – não há indicação de edição de ato regulamentador dos arts. 33 a 38 da Lei nº 14.133, de 2021.

Ato	Estágios de regulamentação					Observações
	Em elaboração	Em Consulta Pública	Pós Consulta Pública	Enviado à PGFN	Publicado	
35.	Custos indiretos					<b>Regulamentação via Decreto</b> – § 1º do art. 34 da Lei nº 14.133, de 2021.
36.	Gestão estratégica das contratações de <i>software</i>					<b>Competência SGD (art. 43)</b> <b>Regulamentação via Decreto</b> – § 2º do art. 43 da Lei nº 14.133, de 2021.
37.	Locação de imóveis					<b>Regulamentação via Portaria ou Instrução Normativa</b> – não há indicação de edição de ato regulamentador do art. 51 da Lei nº 14.133, de 2021.
38.	Licitações internacionais					<b>Regulamentação via Decreto</b> - art. 52 e parágrafo único do art. 70 da Lei nº 14.133, de 2021. <b>Provavelmente caderno</b>
39.	Ações de equidade de gênero, como critério de desempate					<b>Regulamentação via Decreto</b> – inciso III do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.
40.	Habilitação por processo eletrônico de comunicação à distância e etc.					<b>Regulamentação via Decreto</b> – § 2º art. 65 e § 3º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021.
41.	Dispensa de licitação para produtos de P&D para obras e serviços de engenharia					<b>Competência SEGES / MINFRA (?) (Art. 72, § 5º)</b> <b>Regulamentação via Portaria ou Instrução Normativa</b> – não há indicação de edição de ato regulamentador, apenas regulamentação específica, no art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
42.	Credenciamento					<b>Regulamentação via Decreto</b> – § 1º do art. 78 e parágrafo único do art. 79 da Lei nº 14.133, de 2021.
43.	Pré-qualificação					<b>Regulamentação via Decreto</b> – § 1º do art. 78 da Lei nº 14.133, de 2021.
44.	PMI					<b>Regulamentação via Decreto</b> – § 1º do art. 78 e caput do art. 81 da Lei nº 14.133, de 2021.
45.	SRP					<b>Regulamentação via Decreto</b> – § 1º do art. 78, § 6º do art. 82 e art. 86 da Lei nº 14.133, de 2021.
46.	Registro cadastral					<b>Regulamentação via Decreto</b> – § 1º do art. 78 e caput e § 2º do art. 87 da Lei nº 14.133, de 2021.

Ato	Estágios de regulamentação					Observações
	Em elaboração	Em Consulta Pública	Pós Consulta Pública	Enviado à PGFN	Publicado	
47.	Cadastro de atesto de cumprimento de obrigações					<b>Regulamentação via Decreto</b> – §§ 4º e 5º do art. 88 da Lei nº 14.133, de 2021.
48.	Forma eletrônica de celebração de contratos (Portaria Compras.gov.br Contratos)					<b>Regulamentação via Decreto</b> – § 3º do art. 91 da Lei nº 14.133, de 2021.
49.	Modelo de gestão do contrato					<b>Regulamentação via Decreto</b> – inciso XVIII do art. 92 da Lei nº 14.133, de 2021.
50.	Alocação de riscos					<b>Regulamentação via Portaria ou Instrução Normativa</b> – não há indicação de edição de ato regulamentador do § 6º do art. 103 da Lei nº 14.133, de 2021.
51.	Serviços de dedicação exclusiva de MO (nova IN 5)					<b>Regulamentação via Portaria ou Instrução Normativa</b> – não há indicação de edição de ato regulamentador no art. 115 (e demais arts que tratam de execução contratual) da Lei nº 14.133, de 2021.
52.	Gestão de bens móveis					<b>Regulamentação via Portaria ou Instrução Normativa</b> – não há indicação de edição de ato regulamentador na Lei nº 14.133, de 2021.
53.	Subcontratação					<b>Regulamentação via Decreto</b> – § 2º do art. 122 da Lei nº 14.133, de 2021.
54.	Procedimentos para verificação de ocorrência de motivos para extinção do contrato					<b>Regulamentação via Decreto</b> – § 1º do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.
55.	Recebimento provisório e definitivo					<b>Regulamentação via Decreto</b> – § 3º do art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021.
56.	Remuneração variável					<b>Regulamentação via Decreto</b> – § 1º do art. 144 da Lei nº 14.133, de 2021.
57.	Dosimetria de sanções e reputação					<b>Regulamentação via Decreto</b> – parágrafo único do art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021.

Ato		Estágios de regulamentação				Observações	
		Em elaboração	Em Consulta Pública	Pós Consulta Pública	Enviado à PGFN		Publicado
58.	Sanção de inidoneidade						<b>Regulamentação via Decreto</b> – inciso II do § 6º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
59.	Gestão de riscos e controle preventivo						<b>Regulamentação via Decreto</b> – § 1º do art. 169 da Lei nº 14.133, de 2021.
60.	Gestão contratual compartilhada com a sociedade						<b>Regulamentação via Portaria ou Instrução Normativa</b> (gestão compartilhada com a sociedade de informações referentes à execução do contrato) - não há indicação de edição de ato regulamentador do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021.
61.	Relatório final do contrato						<b>Regulamentação via Decreto</b> – alínea 'd' do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021.
62.	Integração de portal privado com o PNCP						<b>Regulamentação via Portaria ou Instrução Normativa</b> (integração com PNCP com sistema eletrônico fornecido por pessoa jurídica de direito privado) - não há indicação de edição de ato regulamentador no § 1º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021.
63.	Convênios e contratos de repasse (decreto)						<b>Competência DETRU</b> <b>Regulamentação via Decreto</b> – art. 184 da Lei nº 14.133, de 2021.
64.	Convênios e contratos de repasse (portaria)						<b>Competência DETRU</b> Art. 184
65.	PLS referencial						<b>Regulamentação via Portaria ou Instrução Normativa</b> - não há indicação de edição de ato regulamentador de Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS).
66.	MIP						